



Fiscal Affairs Department

Seminário da PCT e do ATAF sobre ERMP para África: Estratégias de Receitas a Médio Prazo para o Apoio à Recuperação e ao Desenvolvimento

ERMP como o caminho a seguir para África



Katherine Baer, Directora Assistente no FAD
Washington, D.C. – 19 de Maio de 2021



Descrição geral

- **Porquê a ERMP?**
- **A abordagem de ERMP, incluindo as suas quatro componentes interdependentes**
- **A experiência de Uganda**
- **Algumas reflexões finais!**

ERMP



- **Roteiro de alto nível da reforma do sistema fiscal ao longo de 4 a 6 anos**— seus componentes de política, administração e jurídico.
- Estratégia do governo para a mobilização de receitas destinadas ao financiamento das suas necessidades de despesas, criando simultaneamente incentivos adequados ao desenvolvimento económico e social.

Porquê uma ERMP/O que a torna diferente?

- Necessidade de melhorar a qualidade dos sistemas fiscais, nomeadamente no contexto da recuperação da crise de COVID 19 e da realização dos ODS.
- Deixar de se concentrar em medidas de curto prazo e comprometer-se com uma reforma mais abrangente do sistema fiscal.
- Liderança visível do país - aumenta a visibilidade e a responsabilização do sistema fiscal
- Ligação direta com e orientada pelas necessidades de despesas/financiamento
- Maior certeza - quadro mais claro das receitas esperadas a médio prazo
- Envolvimento de "todo o governo", sociedade civil
- O reforço da capacidade fiscal é um esforço prolongado/persistente
- Melhor sequencia e integração de reformas fiscais
- Melhoria da coordenação entre doadores/parceiros



Elementos principais da ERMP

- Um *consenso alargado* sobre o nível do esforço de mobilização de receitas a médio prazo (4 a 6 anos).
- Um *plano de reforma abrangente* do sistema fiscal, refletindo as circunstâncias do país e o estado da capacidade institucional e dos esforços de reforma fiscal em curso.
- O *empenho do país* na implementação firme e sustentada, nomeadamente através da obtenção de apoio político e de recursos.
- Um quadro para o *financiamento coordenado de capacitação (CD)* (assistência técnica e formação).

Esforço liderado pelo país

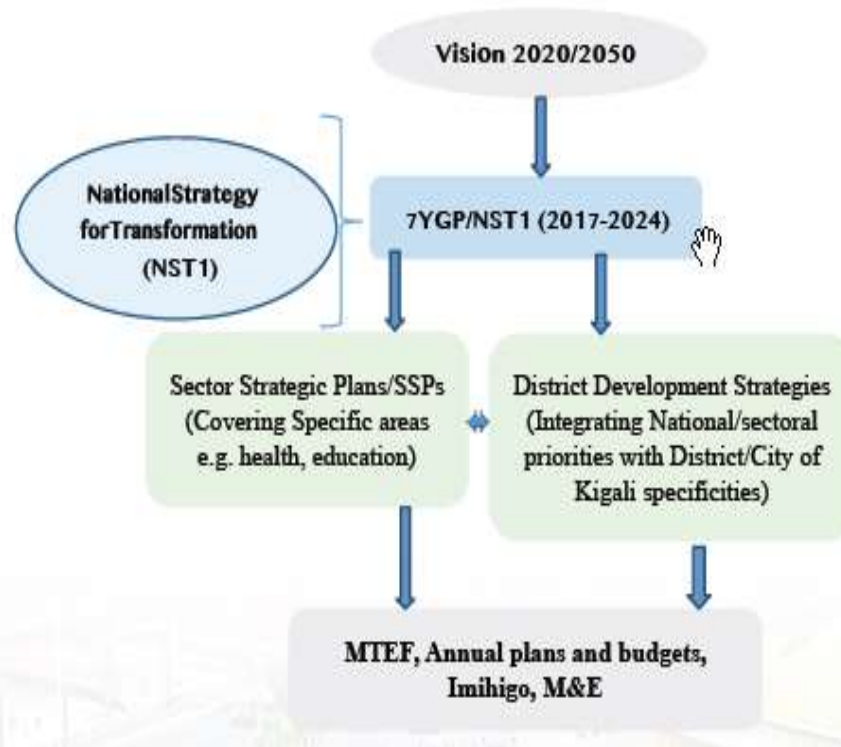
- Documento único que define a visão do país sobre o seu sistema fiscal.
- Abordagem global e inclusiva do governo para liderar a reforma do sistema fiscal.
- O plano apoia os objetivos de desenvolvimento do país.



Desenvolve um consenso sobre os objectivos relativos as receitas

- Inclusivo - múltiplos intervenientes
- Expectativas da sociedade sobre os serviços públicos :
 - Necessidades de despesas
 - Agenda dos ODS
 - Visão de desenvolvimento social e económico

Quadro de Planificação do Desenvolvimento do Ruanda



Integra vários aspectos da reforma



Quadro de coordenação do Desenvolvimento de Capacidades

- Fornece um quadro para o entendimento comum das prioridades do Estado de mobilização de receitas (MR) entre os parceiros de desenvolvimento (PD).
- Ajuda a identificar o apoio prestado e necessário (quem faz o quê).
- Ajuda a alinhar actividades entre diferentes parceiros de desenvolvimento.



Estudo de caso do país - DRMS de Uganda

Articulação clara dos principais impulsores para o desenvolvimento de uma DRMS (Estratégia de mobilização das receitas internas):

- Apoio à realização do NDPII (*2º Plano de Desenvolvimento Nacional*) e da Visão 2040.
- Fomentar uma maior autosuficiência no financiamento do desenvolvimento económico.
- Debate inclusivo sobre a estrutura e o equilíbrio do sistema fiscal.
- Maior contribuição para a concepção de políticas por parte de especialistas no seio da academia e outros.
- Maior certeza e confiança para os investidores nacionais e estrangeiros.
- Melhoria da eficiência dos processos de administração e cobrança de receitas.
- Compromisso com erradicação de práticas corruptas.

Estudo de caso do país - DRMS do Uganda

Estabelecidas disposições formais de governação :

- Criação de um Comitê de DRM para orientar o desenvolvimento da DRMS e coordenar as intervenções de apoio à mobilização de receitas.
- Nomeação do principal parceiro de desenvolvimento (FMI) e criação do grupo dos parceiros da DRM, co-presidido pelo FMI e pelo DFID.
- Estabelecimento de uma Comissão de Redação coordenada pelo TPD e composta por funcionários de MFPED, URA, NPA, EPRC, e do Departamento Parlamentar de Investigação.
- O Projecto da DRMS foi analisado a vários níveis de liderança do MFPED, o que ajudou a assegurar um sentido de apoio global do governo à DRMS.

Estudo de caso do país - DRMS do Uganda

Trabalho de preparação exaustivo, apoio coordenado dos PD:

- Mais de 30 trabalhos acadêmicos, estudos de diagnóstico e relatórios de assistência técnica, abrangendo experiências tanto ugandesas como internacionais.
- Consulta de outras publicações importantes do governo - A Visão Uganda 2040, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, o Documento do Quadro Orçamental Nacional EF2018/19 - EF2022/23, o Plano Estratégico do Ministério das Finanças 2016-2021, e a Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas.
- Discussões com a equipa do FMI, no contexto de um programa apoiado pelo Fundo, moldaram o enquadramento geral e a política fiscal.

Estudo de caso do país - DRMS do Uganda

Consultas exaustivas junto às partes interessadas:

- Formal e informal, para chegar a um amplo consenso:
 - Fórum da URA "Mentes Abertas".
 - Seminário consultivo do MFPED e da URA para os principais interessados dos setores financeiro, de seguros, da segurança social, do setor público e privado, da sociedade civil.
 - Convite aos representantes da sociedade civil para debater os desafios e intervenções que gostariam de ver na DRMS.
 - Envolvimento de vários especialistas em matéria tributária do setor privado na validação de opções específicas para a reforma da política fiscal e de restrições administrativas, bem como na identificação de outras lacunas.



Estudo de caso do país - DRMS do Uganda

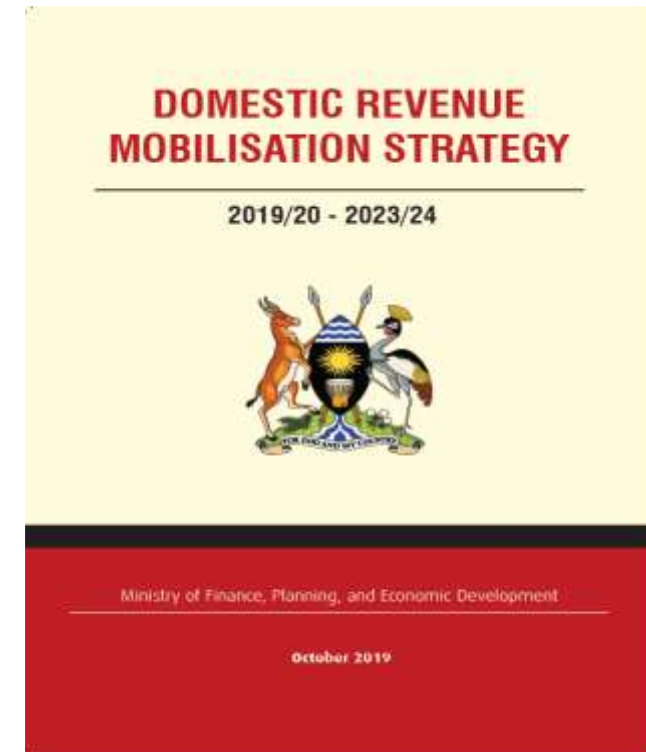
Objetivos da DRMS definidos:

- Melhorar a cobrança de impostos, aumentar o rácio impostos/PIB para entre 18-20% (a partir de uma base de referência de 14,6% do PIB em 2018/19) nos próximos 5 anos.
- Criar um sistema fiscal sólido e dinâmico que promova a industrialização, o bem-estar social e o desenvolvimento do sector privado.
- Reforçar a capacidade das entidades de administração fiscal, assegurando que as receitas sejam angariadas de uma forma eficiente e reduzindo os encargos de conformidade para pessoas singulares e coletivas.
- Melhorar a percepção dos cidadãos sobre a tributação, aumentando a visibilidade e criando um sistema fiscal que faz com que todos se orgulhem de serem ugandeses.
- Aumentar a transparência e a responsabilização do sistema fiscal.
- Melhorar os serviços, a informação e educação dos contribuintes.

Estudo de caso do país - DRMS do Uganda

Reformas abrangentes propostas de 2019/20 a 2023/24 :

- Abordam três constrangimentos fundamentais:
 - Questões de política económica.
 - Fatores estruturais na concepção da política fiscal que têm sido historicamente difíceis de reformar.
 - Esforço administrativo necessário para alargar a base tributária e melhorar a conformidade.



Estudo de caso do país - DRMS do Uganda

Implementação:

- Foi desenvolvido um plano de implementação detalhado
 - Medidas sequenciadas
 - Ganhos esperados relativos ao rácio imposto/PIB "calculado"
 - Ações detalhadas previstas nos planos de melhoria da conformidade
 - Impacto de COVID-19
 - A plena implementação atrasou-se em um ano
 - Redefinição de custos e re-sequenciação de medidas

Algumas considerações finais com base na experiência

- Conceber a estratégia enquanto ‘mantém o trabalho do governo’.
- Mudar a forma de trabalhar usual de trabalho dentro do governo e entre as partes interessadas estatais e não estatais.
- Reunir o Ministério das Finanças e a administração tributária/aduaneira numa verdadeira parceria.
- Tomar decisões difíceis sobre o equilíbrio entre as reformas de políticas e de administração - não é fácil, mas esta pode ser a primeira vez que os decisores de políticas consideram opções concretas e decidem sobre a ênfase e a sequenciação.
- Reunir altos funcionários do governo, do gabinete e do parlamento.
- Alterar a narrativa de "receitas a cobrar" para "receitas para financiar o desenvolvimento".
- O árduo trabalho de elaboração do documento - a ajuda externa é útil, mas o governo tem de estar na vanguarda.
- Com a COVID, aprendemos que a ERMP precisa de ser flexível para permitir que o governo se adapte às circunstâncias em mudança.



OBRIGADO